

LEILA SILVA DA ROCHA
RODRIGO CESAR MAGALHÃES
LEONARDO BRITO

CADA CONTA, CONTA!
PRODUTO EDUCACIONAL



Rio de Janeiro, 2024.

CADA CONTA, CONTA!

PRODUTO EDUCACIONAL

Leila Silva da Rocha
Rodrigo Cesar Magalhães
Leonardo Brito

CADA CONTA, CONTA!
PRODUTO EDUCACIONAL
1^a Edição



Rio de Janeiro, 2024.

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

R672 Rocha, Leila Silva da

Cada conta, conta! : produto educacional / Leila Silva da Rocha ; Rodrigo Cesar da Silva Magalhães ; Leonardo Leonidas de Brito.

1. ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2024.

21 p.

Bibliografia: p. 20-21.

ISBN: 978-65-5930-137-9.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica.
3. Educação Profissional - Financiamento – Brasil. 4. Brasil.
[Constituição (1988). Emenda n. 95]. 5. Rede Federal de Educação
Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil). I. Magalhães,
Rodrigo Cesar da Silva. II. Brito, Leonardo Leonidas de. III.
Colégio Pedro II. IV. Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

RESUMO

ROCHA, Leila Silva da. **Cada conta, conta!**. 2024. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

Este produto Educacional tem por finalidade apresentar a síntese da pesquisa realizada ao longo do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT/ CPII relacionados aos investimentos destinados à EPT, considerando seu contexto histórico e político a partir de uma análise crítico-reflexiva sob os impactos da Emenda Constitucional 95/2016. As informações contidas neste documento representam um recorte dos dados levantados e apresentados na dissertação de mestrado intitulada "As novas(velhas) perspectivas do financiamento da educação profissional no Brasil e os impactos da Emenda Constitucional Nº 95/2016 na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais". Para elaboração deste estudo adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise documental, seguidas pela análise e discussão qualitativa dos dados produzidos a fim de retratar de modo objetivo os dados analisados nos relatórios de gestão dos IFs referentes a três indicadores, a saber: Gastos com Investimentos (GCI), Gastos com Matrículas (GCM) e Gastos com outros custeios (GOC) no período compreendido entre 2016 e 2021.

Palavras-Chave: educação profissional e tecnológica. financiamento. emenda constitucional nº 95/2016.

SUMÁRIO

1. Apresentação	07
2. Marco Inicial dos Institutos Federais	08
3. A lógica do capital no financiamento da EPT	09
4. O cenário recente de investimentos em EPT	10
5. A Emenda Constitucional de n.º95 e o teto de gastos	11
6. A variação dos Investimentos na EPT dos IF's	12
7. Impactos da pandemia na EPT	15
8. Gastos com matrículas, investimentos e outros custeios	16
9. Considerações Finais	18
10. Referências Bibliográficas	19

APRESENTAÇÃO

Este E-book tem por objetivo apresentar ao leitor dados acerca da redução escalonada de recursos destinados ao financiamento da Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais após a Emenda Constitucional de N.º 95/2016. A referida emenda estabelece o limite de gastos com despesas públicas por vinte anos.

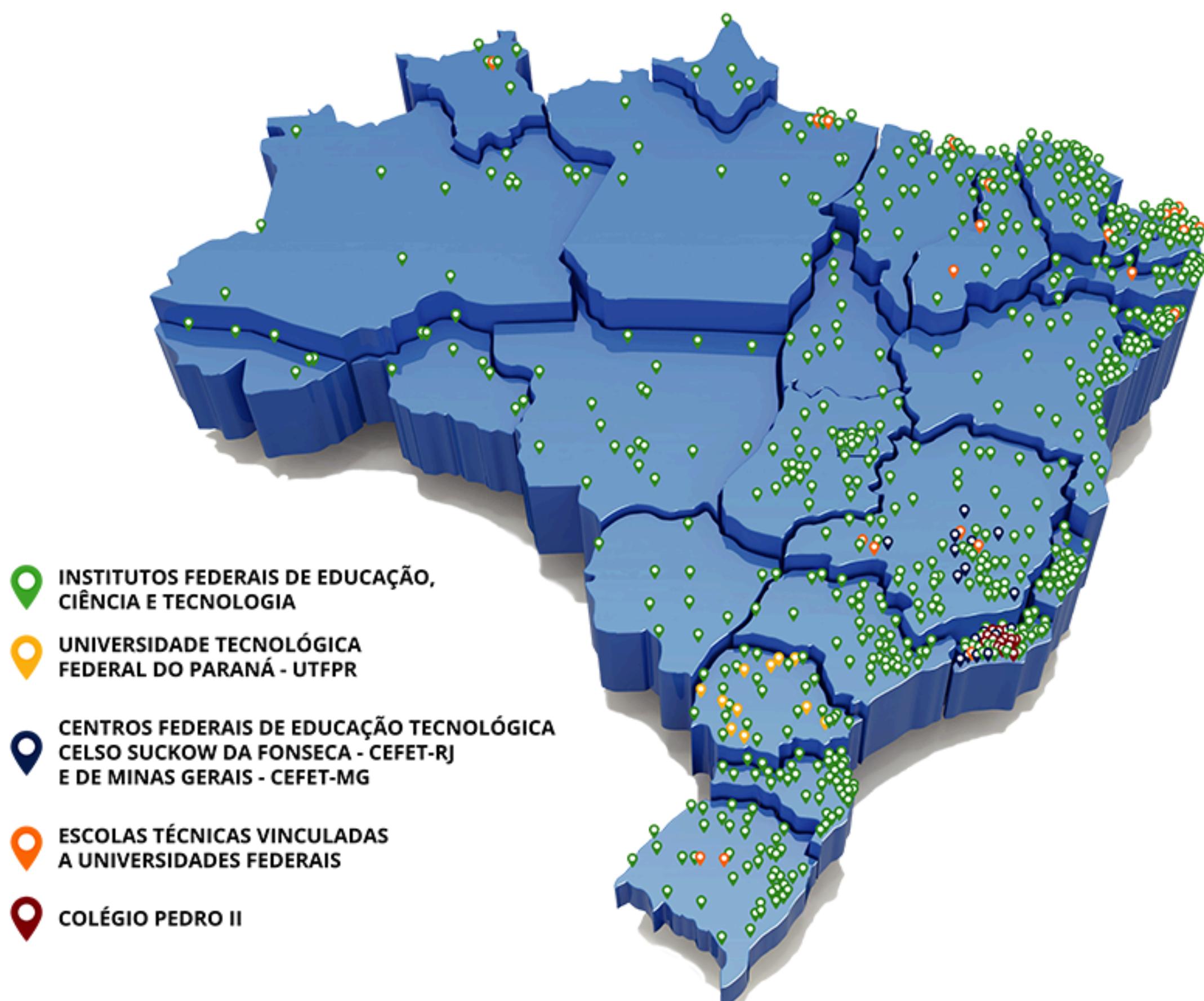
Destinado a estudantes, professores, pesquisadores e demais profissionais que atuam na EPT, este E-book apresenta de forma didática, dinâmico e interativo os resultados obtidos na pesquisa intitulada “As novas(velhas) perspectivas do financiamento da educação profissional no Brasil e os impactos da emenda constitucional 95/2016 na Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais” por meio de gráficos, tabelas, artigos complementares, vídeos e outros recursos que acrescentam e enriquecem seu conteúdo.

Como parte do processo formativo iniciado com a pesquisa, acreditamos que suas interlocuções teóricas contidas neste e-book possam dialogar diretamente com o leitor, contribuindo com as reflexões acerca do tema e sobre a relação da educação e trabalho no Brasil.

O MARCO INICIAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Em 2008, a lei 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ao Ministério da Educação. Em 2012, a lei 12.677/2012 expandiu essa categoria para incluir Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II. De acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2022) a RFEPCT atualmente a rede abrange os 656 Institutos Federais e atende aproximadamente 1,5 milhões de estudantes.

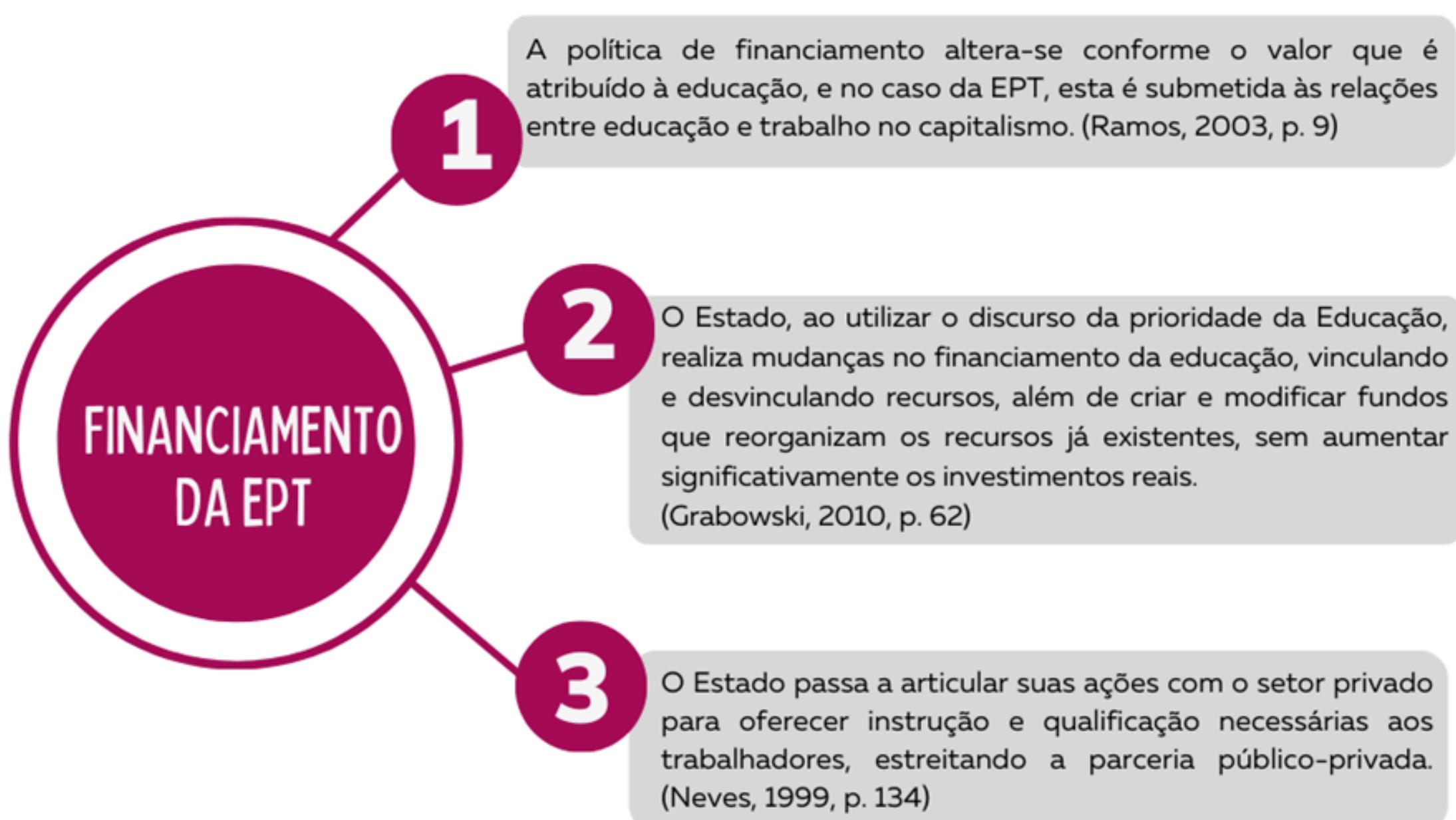
Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram com a necessidade de alinhar as ações governamentais ao desenvolvimento econômico e tecnológico ampliando o acesso à formação politécnica e desempenhando um papel crucial na reorganização e expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil.



Fonte: Ministério da Educação. MEC, 2022.

<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>
PNP - <https://app.powerbi.com/view>

A LÓGICA DO CAPITAL NO FINANCIAMENTO DA EPT



Fonte: Elaborado pela autora com base nas ideias de: RAMOS, 2003. GRABOWSKI, 2010 e NEVES, 1999.

Nesta perspectiva, os investimentos públicos ao serem reduzidos ao mínimo, dão lugar às privatizações, e assim, consequentemente, ao empresariamento da EPT. É importante destacar que, historicamente o financiamento da EPT e sua operacionalização ocorreram em meio ao estreitamento das parcerias entre o setor privado e o governo, incrementando a relação entre as instituições públicas e privadas.

“O primeiro aspecto que sobressai da leitura da lei é o financiamento das instituições particulares de ensino, com verbas públicas. Verbas oriundas da acachapante massa de impostos pagos pelos cidadãos brasileiros. [...] Não é escassa a polêmica em torno do assunto e é grande e justificável o receio de que a lei virá a gerar um ambiente favorável à oferta de cursos rápidos, frágeis do ponto de vista formativo, e desarticulados da formação geral, humanística e científica, do ensino médio. Cursos incapazes de atender mesmo às próprias e tão preconizadas “demandas do mercado”. (SILVA, 2012, p.7).

O CENÁRIO RECENTE DE INVESTIMENTOS EM EPT

Segundo Pereira (2019), a expansão inicial da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica viu um aumento significativo de recursos entre 2005 e 2009, atingindo 1,7 bilhões de reais em 2013. No entanto, devido à crise econômica, houve uma queda para 363 milhões em 2015 e o menor nível desde 2009, com 202 milhões em 2016.

**Recursos das Instituições Federais de EPCT, grandes blocos de despesas (1996-2016)
com todas as fontes de receitas.**

Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Total
2005	2.458.025,00	503.910,00	93.802,00	-----	3.055.738,00
2006	3.148.529,00	537.192,00	81.535,00	-----	3.767.256,00
2007	3.332.715	557.264,00	134.398,00	-----	4.024.378,00
2008	3.664.842,00	717.713,00	145.868,00	-----	4.528.423,00
2009	4.476.411,00	865.533,00	222.398,00	-----	5.564.343,00
2010	5.392.019,00	1.461.116,00	1.153.548,00	-----	8.006.864,00
2011	5.996.559,00	1.886.347,00	1.504.508,00	-----	9.387.415,00
2012	6.653.487,00	2.229.082,00	1.566.827,00	890,00	10.450.287,00
2013	7.755.232,00	2.697.686,00	1.713.681,00	1.418,00	12.168.018,00
2014	9.023.357,00	2.868.081,00	1.470.462,00	19.645,00	13.381.546,00
2015	10.303.491,00	2.441.862,00	363.467,00	1.668,00	13.110.490,00
2016	9.519.488,00	2.516.570,00	202.631,00	-----	12.238.690,00

Fonte: Revista FINEDUCA - Elaborada por Pereira (2019) com informações da Execução Orçamentária da União. Valores em milhares de reais, a preços de janeiro de 2017 (IPCA).

A partir de 2016, medidas de austeridade fiscal foram implementadas para conter o endividamento público e o esgotamento do orçamento estatal, influenciadas por denúncias de corrupção, aumento da taxa de juros, queda do desenvolvimento econômico e também atores políticos e sociais (MOTA, 2015).

A EMENDA CONSTITUCIONAL DE Nº95 E O ESTABELECIMENTO DO TETO DE GASTOS

No ano de 2016, o governo justificou cortes na área de educação pela eminente necessidade de ajustes no orçamento nacional para evitar um suposto “colapso financeiro”. Aprovada em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional n.º 95/2016, conhecida como 'PEC do Teto de Gastos', estabeleceu um novo regime fiscal de vinte anos.

A emenda limitou o crescimento dos investimentos e despesas em setores como saúde, educação e assistência social, indo contra as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e impactando diretamente a estrutura e o funcionamento das instituições públicas que atuam nesta finalidade.

“ A fixação de limites para as despesas públicas é a tônica da proposta. Em decorrência do pressuposto, apesar de não ter sido estabelecida a desvinculação dos recursos financeiros prevista constitucionalmente para as áreas de Educação e Saúde, na prática não podemos esperar que estas áreas sociais sejam priorizadas pelo poder executivo. A medida constituiu-se um dos pontos polêmicos da iniciativa, considerando os movimentos historicamente registrados para sua incorporação constitucional, o estabelecido em exercícios anteriores, os desafios enfrentados pelas áreas e o atendimento das mesmas à população mais pobre.” (OLIVEIRA E SILVA, 2018, p. 260)

Emenda Constitucional N.º 95/2016 -

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm

A Emenda Constitucional N.º 95/2016 e o Plano Nacional de Educação - PNE

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/plano-nacional-de-educacao-deve-terminar-com-cerca-de-90-das-metas-nao-cumpridas/>

A VARIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA EPT DOS IF'S - 2016 A 2018

No que diz respeito aos Institutos Federais, foram analisados dados de orçamento da Plataforma Nilo Peçanha - PNP[1] e do Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica[2] - durante os anos de 2016, 2017 e 2018. Foram considerados os indicadores de adequação do orçamento conforme orientação do Acórdão[3] nº 2.267/2005 do TCU Plenário. Tais informações foram apresentadas na tabela abaixo e evidenciam uma queda expressiva nos investimentos nos anos subsequentes a 2016, momento no qual entra em vigor a Emenda Constitucional 95.

Gastos com investimentos na Rede Federal (2016 - 2018)

GASTOS COM INVESTIMENTOS - GCI - DADOS (2016 - 2018)			
Ano	Gasto com Investimento (em R\$)	Gasto Total (em R\$)	Percentual
2016	795.016.479	13.811.902.195	5,76%
2017	474.116.364	15.300.257.666	3,10%
2018	614.623.141	16.531.953.129	3,72%

Elaborado pela autora. Fonte: PNP/ Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

[1] A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Fonte: site MEC <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

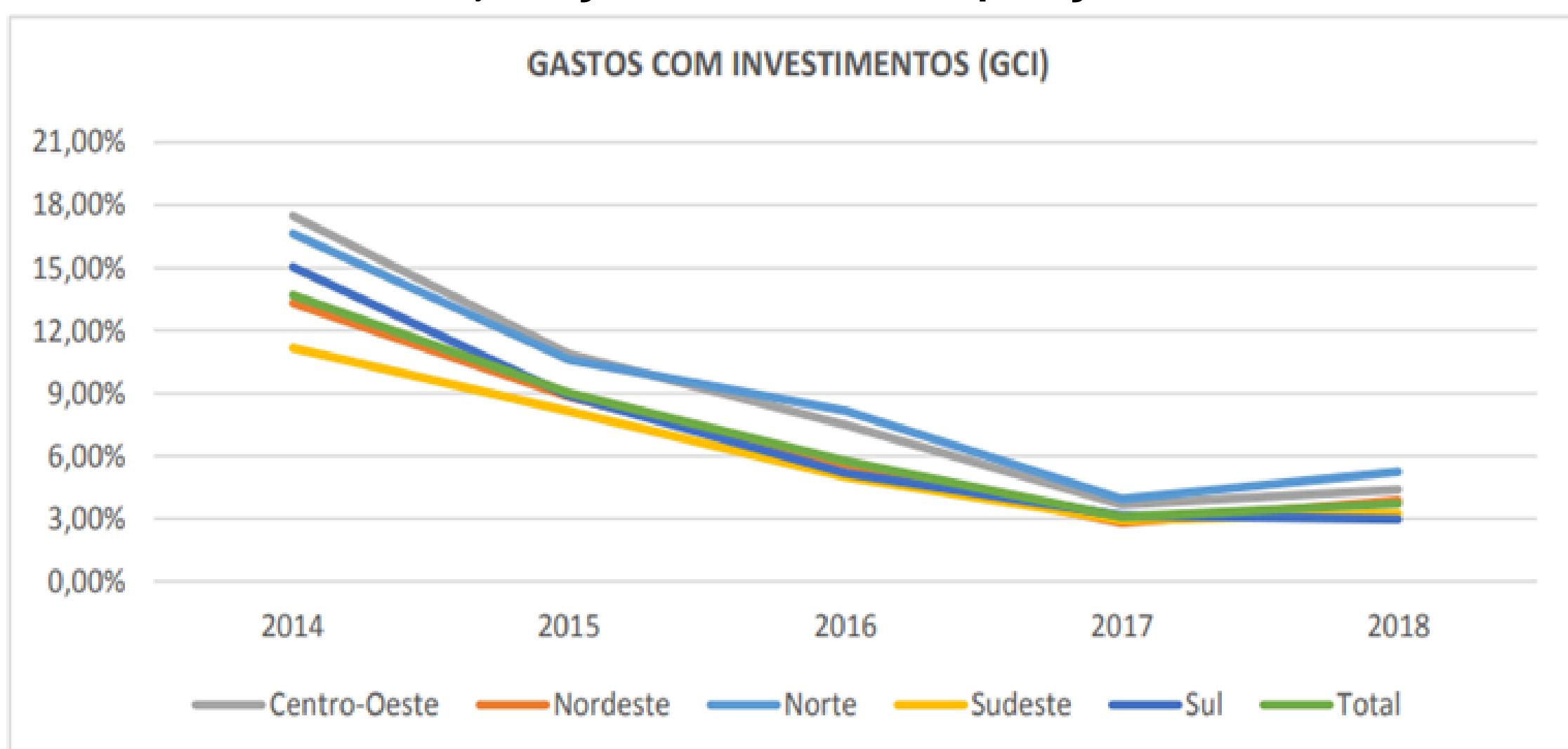
[2] Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-federal>.

[3] De acordo com o dicionário eletrônico de direito um acórdão judicial trata-se de decisão proferida por membros colegiados de um tribunal de segunda instância, como os Tribunais Regionais Federais (TRFs), ou por tribunais superiores, Tribunal Superior do Trabalho (TST), por exemplo, por juízes, ministros ou desembargadores. Fonte: <https://dicionariodireito.com.br/acordao>

*Disponível em: <https://ifms.edu.br/gestao/planejamento/indicadores/acordao-2-267-2005-tribunal-de-contas-da-uniao> acesso em 23 de abril de 2023.

Em 2017, os investimentos totalizaram R\$ 474.116.364,00, o que uma redução de 40,36% em relação ao ano anterior. Tal acontecimento pode ser justificado pela diminuição dos gastos públicos e pela queda dos investimentos na expansão da Rede Federal. Segundo o relatório, "(...) em 2010, durante a fase de expansão, 23,2% dos gastos totais eram destinados a investimentos, mas essa proporção diminuiu ao longo do tempo, atingindo seu nível mais baixo em 2017 (3,10%)" (MEC/SETEC, 2017, p. 35).

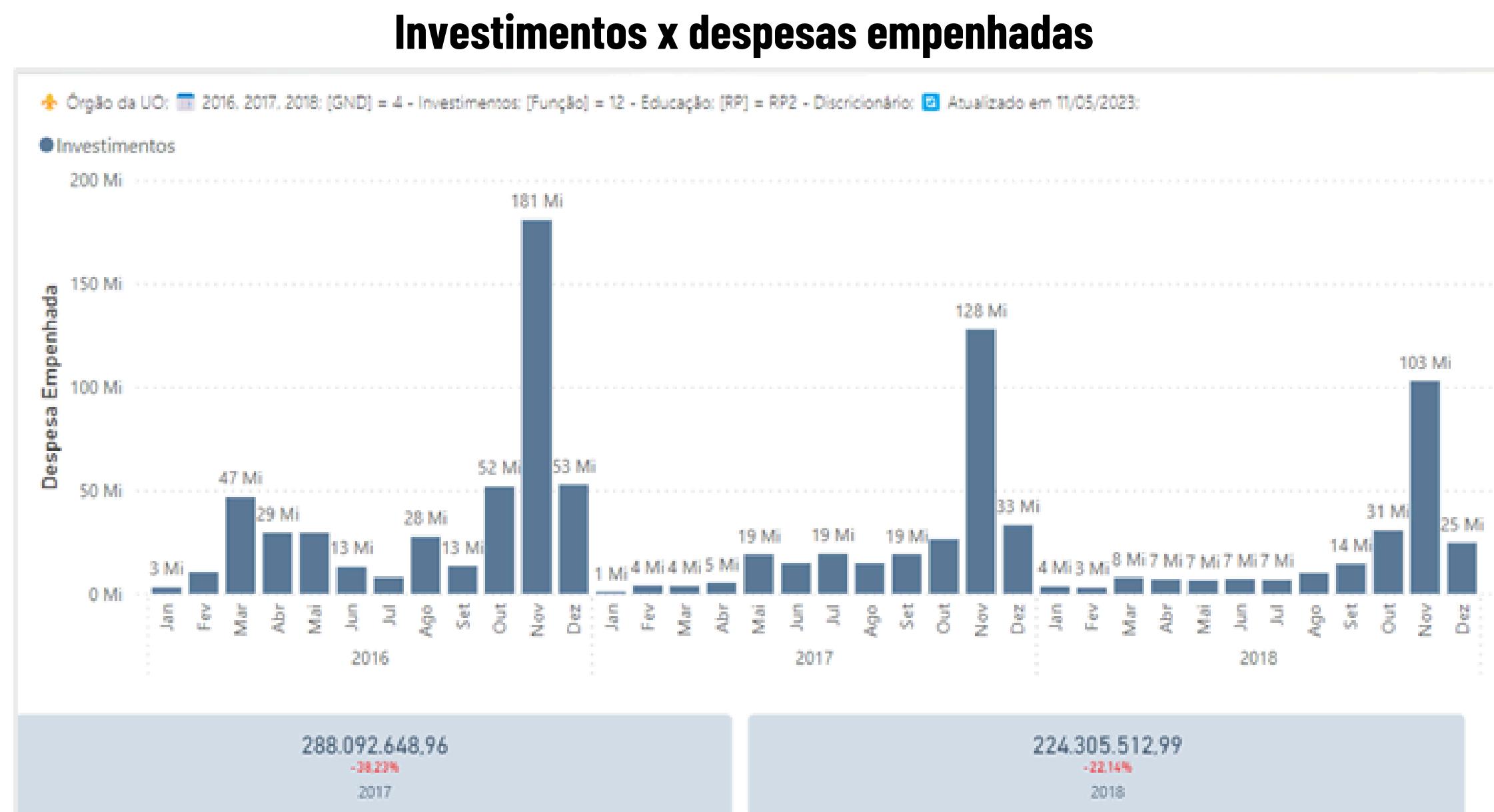
Evolução de gastos com investimentos por região - GCI



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2018 - Fonte: Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Segundo documento analisado, no ano de 2018 o percentual de Gastos Com Investimentos (GCI) atingiu 3,72% dos gastos totais, representando um aumento de 20% em relação a 2017. Essa crescente justifica-se pela publicação do Decreto nº 9.283/2018, que regulamentou a Lei de Inovação nº 10.973/2004, cujas proposições oportunizam outros recursos por meio de Fundações de Apoio às Instituições da Rede Federal, bem como a possibilidade de incrementos por meio de doações a possíveis Fundos Patrimoniais que possam vir a ser criados no âmbito das Instituições da Rede Federal "(...) e a ampliação da destinação de Emendas Parlamentares para investimentos na Rede Federal" (MEC/SETEC, 2018, p. 42).

Ao analisar os investimentos na EPT e na Rede Federal durante o governo Temer é possível perceber uma queda de 38,23% entre 2016 e 2017 e uma redução de 22,14% entre 2017 e 2018, conforme dados apresentados no gráfico abaixo:



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023

Segundo dados disponibilizados pela Confederação Nacional dos Municípios (2018), os dois primeiros anos de vigência da PEC 95/2016 apresentaram uma redução de 3,1% no total de investimentos do governo federal “em números, os investimentos de 2016 a 2018 nessas áreas praticamente ficaram congelados: saíram de R\$ 191,2 bilhões para R\$ 191,3 bilhões” (BRASIL, 2018).

No ano de 2018, os Gastos com Investimentos (GCI) atingiram 3,72% dos gastos totais, um aumento de 20% em relação a 2017. Isso se deve à publicação do Decreto nº 9.283/2018, que regulamentou a Lei de Inovação nº 10.973/2004, possibilitando a entrada de mais recursos através de Fundações de Apoio e Fundos Patrimoniais (...) e a ampliação da destinação de Emendas Parlamentares para investimentos na Rede Federal” (MEC/SETEC, 2018, p. 42).

IMPACTOS DA PANDEMIA NA EPT

“As desigualdades educacionais que já existiam antes da pandemia foram, então, potencializadas pelo contexto catastrófico causado pela COVID-19, para o qual em muito contribuiu também a descoordenação entre as três esferas de governo. A demora na vacinação e na definição dos protocolos sanitários, da dinâmica de assistência estudantil (incluindo assistência alimentar) e das políticas educacionais de enfrentamento da crise toraram o cenário ainda mais incerto e exacerbaram as disparidades nas oportunidades de aprendizagem, causando prejuízos para o desenvolvimento intelectual dos estudantes.”

Magalhães e Rocha. 2023, p. 04

Para saber mais...

Educação Profissional no Brasil e na Pandemia: balanç...



From a government health agency
of Brazil



Watch on YouTube

Artigo na íntegra

Revista Encontros - OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL (2019-2021).

<https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/encontros>

GASTOS COM MATRÍCULAS, INVESTIMENTOS E OUTROS CUSTEIOS (2019 - 2021)

Foram analisados os dados de investimentos e uso de recursos no período de 2019 a 2021, utilizando informações do Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). O relatório abrange a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT) em três indicadores: Gastos correntes por matrícula (GCM), Gastos com outros custeios (GOC) e Gastos com investimentos (GCI).

A crise sanitária revelou a necessidade de adaptação das infraestruturas e da tecnologia nos Institutos Federais, que operavam com redução de investimentos e gastos desde 2016. Apesar da liberação de recursos emergenciais durante a pandemia de COVID-19 os valores destinados a gastos correntes não foram proporcionais ao crescimento do número de matrículas no período analisado, impactando diretamente na qualidade da oferta da EPT e consequentemente na permanência dos estudantes nos cursos.

Gastos correntes por matrícula - GCM - (2019 - 2021)

Ano	2019	2020	2021
Matrículas Equivalentes	948.914	969.269	982.398
Gastos Correntes	15.937.779.515,43	14.945.420.436,06	15.616.424.227,96
GCM (R\$)	15.741,97	15.419,27	15.896,23

Elaborado pela autora. Fonte: Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2019-2020/2020-2021. MEC/SETEC

“No período entre 2019 e 2020 houve uma diminuição de 15%, seguida por uma queda de 0,80% entre 2020 e 2021 nos gastos com outros custeios. Tal fenômeno pode ser explicado pela redução do orçamento de custeio do Ministério da Educação, especialmente das despesas discricionárias, e às ações das instituições para racionalizar os custos operacionais e de manutenção” (MEC/SETEC, 2021, p. 35).

A partir da análise de dados referentes aos três indicadores observados, é possível afirmar que houve uma diminuição nos gastos com outros custeios nos últimos seis anos, atribuída às mudanças significativas no governo brasileiro nesse período. Na prática esses dados refletem um impacto estatístico no financiamento da educação pública e na Rede Federal.

Gastos com outros custeios - GOC - (2019-2021)

Ano	2019	2020	2021
GOC (R\$)	2.180.856.998,00	1.850.092.439,90	1.835.275.697,17

Elaborado pela autora. Fonte: Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2019-2020/2020-2021. MEC/SETEC

O indicador de Gastos com Investimentos (GCI) teve uma redução significativa: 3,5% entre 2019 e 2020 e 6,7% entre 2020 e 2021, resultando em uma queda acumulada de 10,2% de 2019 a 2021, em um contexto que já não era muito favorável.

Gastos com investimentos - GCI (2019-2021)

Ano	2019	2020	2021
GCI (R\$)	R\$ 582.430.968,00	R\$ 562.170.046,76	R\$ 524.430.702,32

Elaborado pela autora. Fonte: Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2019-2020/2020-2021. MEC/SETEC

Variação gastos com investimentos - GCI

Ano	2019 - 2020	2020 - 2021
Variação	-3,5%	-6,7%

Elaborado pela autora. Fonte: Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2019-2020/2020-2021. MEC/SETEC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste E-book foram apresentados dados referentes ao financiamento da EPT, em especial no período após a implantação da Emenda Constitucional n.º 95/2016. Os referidos documentos apresentaram dados significativos que apontaram para a redução progressiva e escalonada dos recursos em oposição ao crescente número de matrículas na Rede Federal. Durante a pesquisa cruzaram-se informações sobre o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos Institutos Federais (IFs) com o sistema de retroalimentação do capital privado. Esse sistema histórico de preparação e formação dos trabalhadores brasileiros mantém o Brasil no contexto da lógica da dependência do grande capital.

O Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, referente a 2017, apontou uma queda de 40,36% nos investimentos. Segundo o documento, em 2018 houve um aumento de 20% no financiamento em comparação com 2017. No entanto, mesmo com essa crescente, o financiamento foi menor do que em 2016 em virtude da publicação do Decreto 9.283/2018, que regulamentou a Lei da Inovação (Lei 10.973/2004). Esta lei possibilitou o aumento através de doações a fundos patrimoniais dos Institutos Federais (IF's) e ampliou a destinação de emendas parlamentares para investimentos na Rede Federal.

Nos anos de 2019 e 2020, com o aumento das restrições orçamentárias e o contexto da pandemia, o Ministério da Educação (MEC) teve que lidar com restrições financeiras paralelamente às necessidades de adaptação dos cursos presenciais, inicialmente sem recursos adicionais significativos. Os dados indicam que o impacto nas aprendizagens profissionais deixou lacunas importantes na formação dos estudantes durante e após a pandemia.

Embora a pesquisa se limite a dados até 2020, o cenário educacional ainda mostra-se marcado por influências contraditórias e controversas no campo político. Gradativamente, são adotados novos ajustes que direcionam e influenciam diretamente as políticas de educação pública no país, mantendo antigas intenções.

Cada conta, conta! para melhoria de condições que interferem diretamente no acesso, na permanência e na formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRABOWSKI, Gabriel. Financiamento da Educação Profissional no Brasil: contradições e desafios. 2010, [s.l.]. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MAGALHÃES e ROCHA. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães e Leila Silva da. Os impactos da pandemia de COVID-19 no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (2019-2021). Revista Encontros. Departamento de História. Colégio Pedro II v. 20 n. 38 (2022).

MEC/SETEC. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2017. Brasília. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77151>> acesso em 25 de março de 2023.

MEC/SETEC. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2018. Brasília. 2018. Disponível em: <[https://www.relatoriodegestao2018.](https://www.relatoriodegestao2018/)> acesso em 25 de março de 2023.

MEC/SETEC. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2019. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www.bing.com/search?q=relat%C3%B3rio+de+gest%C3%A3o+Institu%C3%ADos+federais+2019>> acesso em 25 de março de 2023.

MEC/SETEC. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2020. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.bing.com/search?q=relat%C3%B3rio+de+gest%C3%A3o+Institu%C3%ADos+federais+2020>> acesso em 25 de março de 2023.

MEC/SETEC. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2021. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb1/pdf/Relatorio_analise_dos_indicadores2021> acesso em 25 de março de 2023.

MOTA, Leonardo. Crise do Novo Desenvolvimentismo e Política Econômica Brasileira (2015). [s.l.]: Revista Cadernos De Ciências Sociais Da UFRPE, v.2, n.13, p. 66-83, 2015. MEC, Ministério da Educação. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997- (Revogado) Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em 20 de maio de 2022.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no limiar do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA e SILVA. Cleyton. Guaraci. O Novo Regime Fiscal: tramitação e impactos para a educação. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação/ RBPAE - v. 34, n. 1, p. 253 - 269, jan./abr. 2018 Disponível em: acesso em 27 de novembro de 2023.

PEREIRA, José Vidal. Análise dos Recursos Financeiros Aplicados nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: 1996-2016. FINEDUCA, Porto Alegre, v.9, n.21, 20 mar. 2019. Disponível em: acesso em 15 de dezembro de 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV. In: Mostra de Ensino da Fundação Oswaldo Cruz. Pioneirismo e inovação: o ensino na Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SILVA, S.S.S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. São Paulo: Serv. Soc. Soc., n. 113, pp. 86-105, jan./mar. 2012.

